

Padrão de reprodução do capital e produção social do espaço na região centro-oeste a partir da década de 2000

Pietro Caldeirini Aruto

Evaldo Gomes Júnior

Resumo

O objetivo desse artigo é compreender a produção social do espaço na região Centro-oeste brasileira a partir dos anos 2000 e por meio da teoria social crítica latinoamericana. A hipótese que norteia o artigo é que com a emergência do atual padrão de reprodução do capital tanto o território quanto a força de trabalho nacional são utilizados de forma intensiva e extensiva – ainda que regionalmente desigual – dentro da lógica da superexploração da força de trabalho. Discute-se o atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e os determinantes espaciais a ele subjacentes, destacando esse processo para o Brasil e, mais especificamente, para a região Centro-oeste. Procura-se especificar como a região Centro-oeste, enquanto uma parte da formação socioespacial dependente brasileira, se integra ao padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, trazendo evidências relativas à manifestação da superexploração da força de trabalho na região. Os dados secundários utilizados se originam, sobretudo, das Contas Regionais e da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, ambas do IBGE. O artigo traz elementos que caracterizam a dinâmica deste padrão de reprodução do capital no Brasil e na região Centro-oeste, e também apresenta evidências da manifestação da superexploração da força de trabalho nesta região.

Palavras-chaves: Padrão de reprodução do capital; superexploração da força de trabalho; Centro-oeste.

Introdução

O objetivo deste artigo é compreender a produção social do espaço na região Centro-oeste brasileira a partir dos anos 2000, a partir da teoria social crítica latinoamericana. Sinteticamente, o artigo procura problematizar as seguintes questões: quais os determinantes internacionais e nacionais que explicam a incorporação de novas e antigas terras à produção capitalista, nos espaços urbanos e rurais? Como os trabalhadores e a elite política e econômica da região se relacionam com esses determinantes e quais as consequências, respectivamente, para a reprodução da vida dessas classes? Por se tratar de perguntas que envolvem múltiplas dimensões da produção social (desde uma concepção mais abstrata das tendências do modo de produção e sistema mundial, até uma dimensão mais concreta, como as regiões brasileiras no atual padrão de reprodução do capital), deve-se destacar

as categorias que permitem relacionar as diferentes particularidades da reprodução social dos homens na transformação da natureza.

Em primeiro lugar, as transformações socioeconômicas que perpassam as regiões de uma nação estão atreladas à necessidade de expansão do capital pelo território. Contudo, esse fenômeno não ocorre de maneira homogênea, em outras palavras, trava-se uma contínua e contraditória rearticulação das regiões às determinações postas sobre a economia nacional. Mais concretamente, a expansão do capital pelo território nas distintas formações socioespaciais¹ é condicionada pelo *padrão de reprodução do capital*, ou seja, pelas características históricas e espaciais presentes nas metamorfoses do capital no processo de valorização (OSORIO, 2012a, p. 40-41).

Em segundo lugar, as particularidades do padrão de reprodução do capital se manifestam pela permanente *produção e reprodução social do espaço*, pois todo processo de valorização do capital, pressupõe e resulta numa transformação da natureza e do território pela pelas relações de produção: “La producción capitalista, por consiguiente, no desarrolla la técnica y la combinación del proceso social de producción sino socavando, al mismo tiempo, los dos manantiales de toda riqueza: la tierra y el trabajador” (MARX, 1988, p. 612/613, destaque do autor).

Em terceiro lugar, no caso da América Latina, na sua vinculação com o modo de produção capitalista, a reprodução das relações de produção tem como sentido a manutenção da *superexploração da força de trabalho* (SFT), isto é, a remuneração da força de trabalho abaixo do valor necessário para a sua reprodução social, por meio de prolongamento da jornada de trabalho, intensidade da jornada de trabalho, baixos salários e transferências de fundos dos trabalhadores para o capital (MARINI, 2005). Assim, a SFT, objetivada pelas relações de produção, se torna a lei geral das formações socioespaciais dependentes e o espaço manifestará essa condição específica de transformação da natureza (ARUTO, 2015).

A SFT constitui uma lei geral que se manifesta sob várias formas espaciais e históricas nas formações socioespaciais dependentes. Nesse sentido, o espaço nacional e subnacional no atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (PRCEEP) nessas economias dependentes, dialeticamente, resulta e condiciona uma estrutura econômica, uma estratificação social, uma correlação de forças políticas substancialmente distintas do padrão de reprodução do capital anterior, quando da industrialização dependente.

Com base nas categorias destacadas, a pergunta geral que norteia esse artigo pode ser reformulada da seguinte forma: como a produção social do espaço nas regiões brasileiras responde aos determinantes ao atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva?

¹ O conceito de formação socioespacial é originado da contribuição de Milton Santos no debate sobre as formações econômico-sociais. Sobre os conceitos de formação econômico-social e formação socioespacial e uma revisão crítica dos conceitos a partir da teoria marxista, ver Aruto (2015)

Como a SFT se manifesta nas regiões nacionais e como ela se relaciona com o movimento maior da economia nacional? Mais especificamente, essa pergunta é orientada para a região Centro-Oeste brasileira, por ser a região que, do ponto de vista espacial, mais se transformou nas últimas décadas, diante, sobretudo, do aumento da exportação de produtos agrominerais nos anos 2000 (MACEDO, 2010). A hipótese que norteia o artigo é que com a emergência do atual padrão de reprodução do capital tanto o território quanto a força de trabalho nacional são utilizados de forma intensiva e extensiva – ainda que regionalmente desigual – dentro da lógica da superexploração da força de trabalho.

O presente artigo está estruturado em três seções, além da presente introdução. Na primeira, discute-se o atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e os determinantes espaciais a ele subjacentes, destacando esse processo para o Brasil e, mais especificamente, para a região Centro-oeste. Em seguida, procura-se especificar como a região Centro-oeste, enquanto uma parte da formação socioespacial dependente brasileira, se integra ao PRCEEP, trazendo evidências relativas à manifestação da superexploração da força de trabalho na região. O foco dado aos anos 2000 se explica pela intensificação da dinâmica de ocupação agromineral na região Centro-oeste neste período. Ao final, apresentamos algumas considerações finais.

1. PRCEEP e as regiões brasileiras a partir dos anos 2000

O esgotamento do processo de industrialização no Brasil no final da década de 1970 está associado à tentativa dos EUA em fortalecer a sua hegemonia no sistema mundial capitalista, cuja primeira manifestação foi por fim ao lastro do dólar em relação ao ouro, enquanto que a elevação unilateral da taxa de juros em 1979 aprofundou este movimento. Era o início da imposição de medidas neoliberais por parte dos EUA com o objetivo de promover a sua reestruturação produtiva. Para tanto, foi necessária uma nova rearticulação com a periferia capitalista, principalmente através das empresas transnacionais e da desregulamentação financeira e comercial em escala mundial.

A “globalização econômica”, enquanto o resultado das novas condições técnicas e econômicas desenvolvidas nos países do centro, tornou necessária uma nova forma de organização do mercado e do processo produtivo mundial. A indústria nos países desenvolvidos ao intensificar a mudança tecnológica com base no conhecimento dentro do processo de produção – onde crescentemente o preço de custo de produção repousa menos no processo físico de produção – apresenta duas tendências de extroversão: 1) fortalecimento do processo de difusão mundial da indústria em busca de taxas de salários menores; 2) o esforço por maior qualificação da força de trabalho nos países desenvolvidos corresponde a um deslocamento das ocupações de menor

qualificação para outras nações. Em síntese, a globalização tem como cerne uma divisão internacional do trabalho cuja materialidade está na própria força de trabalho (MARINI, 1996, p. 58)

Nesse sentido, os países do centro possuem duas vantagens que ampliam o nível de dependência dos países periféricos. A inovação técnica, ao ter como base atividades de pesquisa e desenvolvimento, se torna inacessível aos países da periferia a não ser quando se configuram como receptores de novas plantas industriais, o que leva à segunda vantagem. Os países desenvolvidos controlam a transferência das atividades industriais pelo deslocamento de indústrias menos intensivas em conhecimento e pela dispersão das etapas produtivas dentre os países o que dificulta de antemão a integração nacional dos periféricos.

Trata-se, assim, de transformações nas formações socioespaciais dependentes dentro da nova dinâmica do modo de produção capitalista, onde a própria nação e sua relação com as regiões subnacionais são alteradas. Nesse sentido, os esquemas e as formas de produção e realização do mais-valor nas formações socioespaciais dependentes passaram por uma transformação a partir da emergência do PRCEEP (OSORIO, 2012a e 2012b).

Em primeiro lugar, o novo padrão exportador de especialização produtiva supõe o fim da industrialização como um projeto de maior autonomia (relativa) econômica. Em poucos países, como Brasil e México, alguns segmentos industriais se mantêm, mas integrados ao projeto exportador e dentro de grandes cadeias produtivas globais comandadas por empresas transnacionais. Sem dúvida, como destaca Osorio (2012b), a condição fundamental do novo padrão é seu viés exportador, ou seja, os setores mais dinâmicos do novo padrão estão atrelados ao mercado externo. Entre 1980 e 2008, o valor das exportações em dólares na América Latina aumentou quase 1200%, onde o coeficiente de exportação atingiu 23% do PIB do continente (OSORIO, 2012b, p.106-107).

A condição exportadora corresponde também a produção de específicos valores de uso, com uma reprimarização da pauta exportadora. Assim, o padrão de reprodução tende a repousar sobre a produção agrícola, mineral e alguns bens industriais intensivos em mão de obra e favorecidos por tratados comerciais, principalmente nas áreas de montagem, maquiladoras e de serviços. Em suma, em atividades que se beneficiam de vantagens absolutas ou comparativas. Consequentemente, a orientação produtiva para essas atividades gerou uma especialização e a presença de enclaves econômicos: reduzidas atividades econômicas com maior conteúdo tecnológico, com pouca relação com a estrutura produtiva, elevado grau de coeficiente de importação.

Essa dinâmica beneficia, sobretudo, as cadeias produtivas internacionais comandadas pelo capital transnacional, e não se vincula a projetos desenvolvimentistas, como no passado. Isso pode ser visto no caso das atividades agrícolas voltadas para exportação de commodities. Grandes empresas transnacionais do segmento não só comandam a comercialização e distribuição da produção, como também são responsáveis pela oferta do pacote tecnológico subjacente à produção.

Essas empresas globais definem as zonas de produção nas economias que têm dotação de terras e controlam toda circulação porque atrelam as vendas do pacote tecnológico às compras da produção.

Dessa forma, o capital estrangeiro adquire uma maior participação no comando das economias nacionais, em detrimento dos capitais privados nacionais e pela redução do papel do Estado. As empresas estrangeiras e algumas estatais (dos ramos extrativos) atuam como verdadeiras plataformas de exportação e/ou nos segmentos mais dinâmicos ou com maior proteção no mercado interno. O grande capital privado nacional se encontra mais localizado no comércio, agroindústria de alimentos e telecomunicações, mas sempre inserido em cadeias dominadas pelas grandes transnacionais.

Diante dessas transformações, as medidas de política econômica que dão base para atuação dessas frações do capital no novo padrão são diametralmente opostas àquelas do período de industrialização:

Na nova situação, a política econômica aponta para a redução do papel dos assalariados no consumo e de sua participação no mercado; propicia-se uma concentração de renda, processo que, unido ao anterior, gera uma polarização social aguda; os setores sociais já não são protegidos mediante tarifas de importação, e sim se reduzem significativamente; a concorrência e o mercado, se diz, é que devem destinar os recursos, o que faz com que se retirem subsídios e diversas formas de proteção à produção industrial; parte substantiva da produção é voltada para o mercado mundial, fazendo com que se apliquem medidas de política econômica que fomentem as exportações; e, à medida que o discurso do livre-comércio ganha terreno, também se fomenta a abertura de fronteiras para as importações (OSORIO, 2012a, p. 73).

Cabe frisar que a expressão concreta do padrão de reprodução, a política econômica adotada e as consequências sobre as economias não foram as mesmas conjunturalmente para todos os países do continente. Essas condicionantes variam conforme a formação socioespacial em questão e a conjuntura econômica e política.

No caso do Brasil, o modelo neoliberal adotado, ao permitir uma maior exposição aos fluxos comercial e financeiro comandados pelas empresas transnacionais, promoveu não somente uma baixa taxa de crescimento médio histórico, mas também, uma regressão da estrutura produtiva. Mesmo com a ascensão de um partido historicamente associado a movimentos progressistas, em 2003, e medidas pontuais pró-mercado interno, manteve-se a política econômica em torno do superávit fiscal, câmbio valorizado, juros elevados e restrição ao crédito para investimento produtivo-industrial.

Diante da nova conjuntura internacional e da política econômica adotada, a partir de 1980 a organização espacial brasileira, na dimensão urbana e rural, enfrentaria novos determinantes políticos e econômicos. O fenômeno da desconcentração produtiva para além de São Paulo continua, porém sob uma forma “espúria”, uma vez que em geral o ganho de participação das regiões periféricas na estrutura produtiva se deve mais a um “efeito estatístico” do que a maior dinâmica regional (ou seja, a periferia também diminui o seu ritmo de crescimento, porém, a uma intensidade menor que a da região polo industrial).

Sinteticamente, a desconcentração produtiva avança e, principalmente nas áreas de expansão da fronteira agromineral como a região norte, centro-oeste, Rio de Janeiro (no caso, extração de petróleo) e Espírito Santo. Por sua vez, o Nordeste recupera a posição perdida nas últimas duas décadas e a região sul e Minas Gerais, que desenvolveram um importante parque industrial durante o processo de industrialização, reduzem a sua participação, mas com um crescimento positivo. Dessa forma, o grande perdedor é São Paulo, precisamente a região que em termos capitalistas mais avançara no processo de industrialização (CANO, 2008). Na tabela 01, constata-se a tendência de queda da participação de SP no PIB total nacional. Entre 1995 e 2013, SP perdeu um pouco mais de 5 p.p. de participação, o que liderou a queda de participação do Sudeste como um todo. Todas as demais regiões ampliaram sua participação, com destaque para o Norte e Nordeste. Cabe frisar que esse resultado se verificou ao longo do período, ou seja, nos momentos de crise (1999-2003 e 2011 até o momento) e de expansão (2004-2010) a tendência geral se manteve.

Tabela 01: Participação (em %) das Grandes Regiões e de SP no PIB do Brasil - 1995-2013

	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Norte	4,2	4,1	4,2	4,5	4,8	5,0	5,0	5,0	5,5	5,5
Nordeste	12,0	12,5	12,4	12,6	12,8	13,1	13,1	13,5	13,3	13,6
Sudeste	59,1	58,5	58,2	57,7	55,8	56,5	56,4	55,3	56,1	55,3
São Paulo	37,3	36,7	36,0	35,6	34,1	33,9	33,9	33,5	32,8	32,1
Sul	16,2	16,1	16,4	16,7	17,7	16,6	16,6	16,5	15,9	16,5
Centro-Oeste	8,4	8,8	8,8	8,5	9,0	8,9	8,9	9,6	9,1	9,1

Fonte: Contas Regionais/IBGE; Elaboração própria.

Mais do que uma casualidade, isso revela espacialmente um traço distintivo do padrão de reprodução exportador de especialização produtiva. A extroversão da produção para a exportação principalmente de bens primários, a perda de encadeamentos industriais no setor produtivo e a interiorização da rede de transportes dinamizaram a produção capitalista nas regiões periféricas do país. Mas é uma produção capitalista dependente, que passa pela determinação da economia mundial e pelo imperialismo, seja pela demanda da produção, seja pelo provimento de insumos e equipamentos. Assim, nenhuma leitura virtuosa pode ser feita das economias periféricas e do

movimento de desconcentração econômica. O aumento de produção nessas regiões não se dá pela incorporação crescente de capital constante, aumento de produtividade do trabalho, maior divisão técnica do trabalho. Mas sim, pela maior exploração da força de trabalho e da terra, como elementos criadores de toda a riqueza.

Isso não quer dizer que o setor industrial se torne supérfluo sob o atual padrão de reprodução. Alguns setores e ramos industriais podem, inclusive, se expandir e aumentar sua participação, ainda que vigore um processo de desindustrialização. São precisamente os segmentos mais atrelados à exportação e com maior incorporação de insumos importados os que mais se beneficiam dessa tendência, em grande parte, sob comando do capital transnacional. Esse fenômeno, do ponto de vista espacial, se manifesta no Brasil notoriamente, como pode ser visto na tabela 02

Tabela 2: Variação média real (2014=100) anual do Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas - Brasil, São Paulo, Centro-Oeste e Unidades da Federação do Centro-Oeste, 2002/2014

Atividades Econômicas	Brasil	SP	CO	MT	MS	GO	DF
Total das atividades econômicas	3,3	3,2	4,4	5,9	4,3	4,4	3,7
Agropecuária	3,4	1,3	5,6	8,8	2,7	4,5	4,4
Indústrias extrativas	3,6	15,4	5,1	4,2	11,4	4,0	-3,0
Indústrias de transformação	1,8	1,7	5,6	5,1	6,9	5,5	4,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,2	2,1	4,1	7,9	7,2	1,9	3,2
Construção	3,8	2,9	4,5	5,8	4,3	5,6	3,1
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	3,9	3,4	4,4	5,1	4,3	4,5	3,4
Transporte, armazenagem e correio	3,2	2,3	4,0	5,3	4,6	4,4	2,7
Alojamento e alimentação	3,9	3,3	5,0	6,5	4,1	5,1	4,5
Informação e comunicação	4,8	6,2	4,5	5,3	6,3	3,0	4,5
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	5,7	5,0	7,3	11,2	9,3	9,6	6,2
Atividades imobiliárias	3,9	3,5	4,7	5,1	4,1	4,5	4,9
Serviços prestados às empresas	4,3	4,1	6,2	7,5	6,5	6,0	5,9
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social	2,2	2,1	2,6	2,8	2,5	2,2	2,7
Educação e saúde privadas	2,3	2,1	3,7	4,6	3,2	3,0	4,0
Outros serviços	1,4	1,6	2,2	1,5	3,1	2,1	2,1

Fonte: Contas Regionais/IBGE; Elaboração própria

Conforme indica a tabela 2, a média anual da variação do valor adicionado bruto (VAB) do Brasil entre 2002 e 2014 foi de 3,3%, um resultado mediano tendo em vista a desaceleração do crescimento a partir de 2011. Dentre as atividades econômicas, as atividades produtivas que apresentaram o maior dinamismo foram aquelas ligadas ao PRCEEP: agropecuária (3,4%), indústria extrativa (3,6%) e construção (3,8%), diretamente ligadas à incorporação e utilização de intensiva de terras. Além delas, outras atividades ligadas ao setor terciário típicas do padrão de reprodução do

capital também se expandiram acima da média brasileira: comércio e reparação (3,9%), informação e comunicação (4,8%), financeiras (5,7%) e serviços prestados às empresas (4,3%), fortemente atrelado às terceirizações. A contraparte desse resultado é a baixa expansão da indústria de transformação (1,8%), segmento que outrora liderou a industrialização dependente.

Assim, os dados do VAB do Brasil expressam os determinantes do PRCEEP. Contudo, em um nível de análise mais concreto, percebemos particularidades do movimento da economia nacional na produção do espaço e transformação do território. Na tabela 2, pode-se perceber essa relação dialética entre unidade e diversidade espacial no contraste entre São Paulo (SP) e os estados do Centro-Oeste (CO). Como unidade da federação que mais se desenvolveu em termos capitalistas no período da industrialização dependente, SP sobreapresenta as tendências nacionais: menor crescimento da economia como um todo, inclusive com a indústria de transformação a apresentar a menor expansão relativa dentre as atividades econômicas. Por essa mesma razão, as atividades que mais se expandiram em SP no período foram aquelas que promovem a integração da economia nacional ao PRCEEP, com o sistema internacional e/ou com os capitais pelo território nacional, no movimento de centralização e concentração do capital. É o caso dos serviços de informação e comunicação, atividades financeiras e dos serviços prestados às empresas.

A contradição do desenvolvimento regional paulista pode ser vista no caso do CO. Historicamente, o CO foi uma região periférica no início do processo de industrialização dependente. Com uma base agropecuária em um território pouco povoado, a despeito dos esforços do governo federal durante a “Marcha para o Oeste”, sua produção se orientava para complementar a produção industrial centralizada em São Paulo, seja com insumos e matérias-primas, seja com alimentos. Com a ampliação dos gastos públicos e investimentos estatais nos anos de 1950 e, sobretudo, a partir da ditadura militar e a extroversão do capital industrial e financeiro pelo território nacional a economia do CO passa por uma relativa diversificação econômica e produtiva. Esse movimento, ao longo do tempo, teve como base a utilização crescentes de recursos públicos, deslocamentos populacionais nos projetos de colonização e utilização dos fundos territoriais (MACEDO e RAMOS, 2015).

A intensificação do uso do Cerrado por meio da produção agropecuária extensiva e monocultora deu-se a partir da chamada “modernização conservadora” do agrário brasileiro, a partir do final dos anos de 1960. A possibilidade de correção da acidez do solo na região central do país permitiu o aumento da fertilidade do solo e abriu caminho para o cultivo da soja e criação de gado em grande escala. É importante notar a mudança qualitativa no interior do latifúndio, que antes apresentava a marcante característica de improdutivo para tornar-se grandes fazendas integradas aos mercados internacionais de *commodities*.

Contudo, essa diversificação foi relativa, limitada que estava ao padrão de reprodução industrial do capitalismo dependente. Em primeiro lugar, o CO não abandonaria o posto de provedora

de alimentos e matérias-primas para os demais centros industriais. Pelo contrário, os investimentos em novas unidades produtivas e comerciais propiciados pelos fundos públicos, pelas obras de infraestrutura, pelos projetos de colonização não apenas exacerbou essas atividades como o fizeram pela concentração e centralização de capital, em torno das empresas estrangeiras e nacionais, cuja unidade passava pela estrutura agrária com base no latifúndio. Em segundo lugar, o desenvolvimento capitalista dependente no CO capitalista, orientado pelo governo militar, direcionou crescentemente grande parte da sua produção para o mercado externo, com o objetivo de obter divisas estrangeiras e, assim, tentar aliviar os estrangulamentos externos. Desse modo, esses dois fatores transformaram completamente o território centroestino, tornando-o uma “verdadeira plataforma de exportação de produtos agropecuários e agroindustriais (para dentro e para fora do país), pelo aproveitamento de sua condição de área de fronteira, o que deu continuidade à itinerância da agricultura brasileira, agora em base tecnificada e com forte introjeção tecnológico” (MACEDO, 2010, p. 192).

Evidentemente, essa extroversão do capital sobre o território teve como base uma nova forma de reprodução da força de trabalho e do espaço na região CO. Entre essas consequências, Macedo (2013) destaca: a apropriação de terras de pequenos proprietários pelo latifúndio, grandes deslocamentos populacionais, tecnificação e mecanização concentradas em grandes propriedades resultando numa concentração da renda, emergência de cidades médias cuja dinâmica está atrelada ao capital agropecuário, construção de infraestrutura destinada a escoar a produção para os portos e centros econômicos do sudeste, bem como, importar uma série de insumos, pacotes tecnológicos, máquinas e equipamentos utilizado pelo capital agropecuário no capitalismo dependente.

Esse conjunto de elementos passa a caracterizar o espaço regional no Centro-oeste. É marcante a estruturação de uma indústria alimentícia dispersa sobre o território, sem pressupor qualquer tipo de aglomeração metropolitana. A indústria no padrão exportador de especialização produtiva é dispersa e, ao mesmo tempo, especializada no território. Chega a alcançar as cidades de porte médio e tem capacidade de estabelecer uma superpopulação relativa em seu entorno. Tal ordenamento do território é totalmente estranho ao padrão anterior de industrialização dependente, onde São Paulo tornou-se o centro irradiador dos processos de acumulação do país. Nos anos 2000, e a tabela 02 atesta isso, a crescente demanda por *commodities* no mercado mundial, garante a expansão relativamente mais acelerada de alguns setores produtivos na região Centro-oeste.

Com a crise do padrão de reprodução do capital industrial e a emergência do PRCEEP, a região CO observa uma ampliação das tendências econômicas e espaciais de extroversão externa das atividades econômicas. Contudo, essa maior integração ao sistema econômico mundial se dá com uma menor integração à estrutura econômica nacional, tendo em vista o processo de desindustrialização e abertura comercial e financeira. É dessa forma que podemos analisar as informações do VAB para o CO, conforme ainda a tabela 2.

Em primeiro lugar, observa-se que um crescimento médio anual bem acima do apresentado pelo Brasil e por SP, de 4,4% a.a. Resultado que só não foi maior, pois o Distrito Federal, por características exclusivas como sede do poder federal e diminuta estrutura produtiva e territorial, apresentou um desempenho aquém. Assim, Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Goiás tiveram um crescimento muito elevado, tendo em vista os determinantes postos pelo PRCEEP. Esse resultado se deve precisamente porque a região CO apresenta os segmentos produtivos mais vinculados ao PRCEEP, o que não quer dizer que eles promovam um desenvolvimento capitalista dinâmico, como o resultado do BR e SP enfatizou.

Dessa forma, entre 2002 e 2014, as atividades agropecuária e extrativa cresceram acima da média nacional e regional, 5,6% e 5,1%. E esses segmentos, altamente vinculados à incorporação e transformação do território, deram base para o crescimento de outros, mais ligados aos serviços e ao espaço urbano, como a construção (4,5%), comércio e reparação (4,4%), serviços prestados às empresas (6,2%), atividades financeiras (7,3%). Contudo, o particular do resultado do VAB da região CO, é a indústria de transformação. Em um momento em que o Brasil apresenta um processo de desindustrialização, a região CO apresentou um crescimento relativo médio anual de 5,6%, acima da média regional e três vezes maior que o resultado brasileiro.

As tabelas anteriores confirmam os determinantes setoriais do PRCEEP e, destacam, a diversa e contraditória dinâmica regional que, concretamente, o padrão de reprodução do capital manifesta. Porém, “a análise concreta da situação concreta” exige que se vá além das estatísticas regionais para compreender a reprodução do capital nas regiões das formações socioespaciais. Em outras palavras, o processo de valorização do capital nesses setores econômicos pressupõe e resulta numa específica incorporação da força de trabalho. A hipótese que se sustenta é que o elevado crescimento das atividades econômicas na região CO tem como base a SFT. A próxima subseção procura esclarecer essa hipótese ao destacar as possíveis formas espaciais da SFT nacional, no caso específico do CO.

2. Formas espaciais de superexploração da força de trabalho: o Caso do Centro-Oeste

Grosso modo, as pesquisas que têm como objeto a economia regional brasileira enfatizam as mudanças na composição setorial e a estrutura econômica nas regiões, ressaltando indicadores sociais, gastos e investimentos públicos. Essa abordagem, por si só, se torna insuficiente, ou mesmo, reificadora. Como visto, a reprodução social do espaço tem como base as relações de produção, enquanto estrutura sociais que permitem que a força de trabalho seja consumida no processo de valorização. Por isso, a análise da dinâmica regional deve conjugar as mudanças na composição técnica do capital às formas de existência regional da força de trabalho. São as formas concretas de exploração da força de trabalho que relacionam, em várias escalas espaciais, a região de uma

formação socioespacial dependente aos determinantes do padrão de reprodução do capital, no caso o padrão exportador de especialização produtiva. É esse exercício que se propõe agora.

Com a consolidação do PRCEEP no Brasil, a força de trabalho passou por uma profunda transformação: precarização dos vínculos empregatícios nos anos de 1990; elevação da taxa de desemprego na década de 90 e posterior queda nos anos 2000; ampliação da ocupação no setor de serviços principalmente no espaço urbano; rotatividade; desconcentração produtiva gerando ocupação de baixa qualificação e baixos rendimentos; vigência de trabalhos compulsórios e elevadas jornadas de trabalho nas regiões periféricas (CANO, 2008). Medidas mobilizadas para aumentar a taxa de exploração e rotação de várias frações do capital. As condições dos trabalhadores apresentaram melhora a partir de 2003, em meio ao crescimento econômico propiciado pelo boom dos preços das commodities, com aumento da formalização, salários reais e acesso ao crédito individual. Esses fenômenos, somados às políticas de combate à pobreza e aumento do investimento público, permitiram uma redução na desigualdade de rendimentos. Mesmo assim, essas conquistas se mostraram insuficientes para reverter as condições de dependência e de superexploração, como a trajetória de desaceleração e crise da economia brasileira evidencia.

Sobre a SFT no período novodesenvolvimentista do PT, Mathias Luce (2013), ao reconhecer uma lacuna na teoria marxista da dependência quanto à operacionalização da categoria de superexploração na conjuntura dos países, procura analisar empiricamente as diferentes formas de superexploração na década de 2000. Nesse sentido, o autor analisa a SFT a partir das condições de reprodução diária da força de trabalho e também das condições de reprodução do trabalhador como um todo, do seu fundo de vida. Empiricamente, Luce (2013) ao tomar o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE como um parâmetro do valor de força de trabalho e também ao utilizar dados secundários ocupacionais, ele constata: a) o aumento real do salário mínimo no governo do PT não recompôs o valor do salário mínimo necessário; b) com essa lacuna, a reprodução da força de trabalho está comprometida, inclusive se se somar o valor do salário mínimo dos homens e das mulheres; c) permanência de um elevado contingente (40% em média) de trabalhadores que possuem jornada acima das 44 horas semanais; d) evidência de aumento da intensidade da jornada de trabalho em alguns segmentos industriais, como a indústria automobilística, sucroalcooleiro e telemarketing; e) uma outra evidência de aumento de intensidade da jornada a partir da elevação dos acidentes de trabalho entre 2001 e 2008²; f) aumento do endividamento das famílias o que leva que uma parte expressiva dos salários sejam apropriados pelo capital portador de juros.

Dessa forma, o trabalho de Luce (2013) mostra, ainda que de forma não conclusiva empiricamente, a compatibilidade de aumento da SFT com aumento dos salários reais. Contudo, a

² Dado que deve ser relativizado, uma vez que o período é marcado por um aumento do número de ocupações formais.

lacuna na teoria marxista da dependência, que o próprio autor reconheceu, permanece. Essa lacuna resulta em imprecisões e limitações no entendimento da SFT em um nível mais concreto de análise. Dentre essas imprecisões está a utilização do Salário Mínimo Necessário, calculado pelo DIEESE, como parâmetro do valor da força de trabalho. Em primeiro lugar, porque esse indicador diz respeito a bens que apenas formalmente e institucionalmente deveriam passar pelo consumo dos trabalhadores. Uma vez que há uma cisão do mercado interno na dependência e a determinação dos preços e do lucro se dá de maneira distinta e sem cumulatividade entre os setores de bens assalariados, bens de capital e de consumo capitalista³, supor que os trabalhadores deveriam consumir uma dada cesta de bens pode resultar numa análise funcionalista.

Em segundo lugar, o valor da força de trabalho, como o próprio Luce (2013, p. 156) reconhece, estabelece-se a partir de distintos setores econômicos e níveis ocupacionais, ainda que exista uma média nacional. Colocar o salário mínimo necessário como referência para todos os trabalhadores resulta numa redução da capacidade da análise concreta e, também, dá argumento para as abordagens críticas e equivocadas à TMD, quanto a uma suposição de que todos os trabalhadores são superexplorados indiscriminadamente. Em terceiro lugar, a diversidade de valor da força de trabalho se verifica também nas regiões nacionais, fato muito utilizado pelo capital na sua expansão pelo território no PRCEEP. Nesse sentido, procuramos se somar aos esforços de operacionalizar a categoria de SFT na conjuntura dos países latino-americanos destacando o fato que a SFT pressupõe e resulta numa dinâmica espacial específica nas regiões.

Estes dois últimos argumentos podem ser elucidados quando se analisa, novamente, a região CO na evolução dos salários dos trabalhadores e das condições de ocupação. A tabela 3, baseada nas contas regionais sobre a ótica da renda disponível apenas a partir de 2010, destaca o total das remunerações dos trabalhadores, do excedente operacional bruto (EOB) e dos rendimentos mistos brutos (RMB), quando esses dois últimos podem ser tomados como um parâmetro para o lucro. Além disso, a tabela 3 disponibiliza também a variação do total de ocupados para os níveis geográficos, com base na PNAD.

O período de 2010 a 2014 é marcado por uma desaceleração da economia brasileira, com o esgotamento do ciclo de crescimento típico do PRCEEP, visto na tabela 2. Assim, tanto o Brasil quanto SP observam um aumento da proporção das remunerações sobre o total do EOB e RMB. Isso se dá porque a variação média anual dos salários foi acima da variação do EOB e RMB, uma vez que os salários possuem uma menor elasticidade da produção, em comparação ao lucro. Ainda assim, no caso de SP, a queda no nível de ocupação ocorreu de maneira absoluta, o que evidencia o baixo dinamismo do PRCEEP em estruturas econômicas mais diversificadas e relativamente desenvolvidas.

³ Sobre o ciclo do capital na economias dependentes, ver Marini (1979).

Tabela 03: Relação e variação percentuais das remunerações, excedente operacional (EOB) e rendimento misto bruto (RMB) e ocupados _ Brasil, São Paulo, Centro-Oeste e unidades geográfica do Centro-Oeste, 2010 a 2014

Unidade Geográfica	Variáveis	2010	2011	2012	2013	2014	Variação média anual (%)
Brasil	Relação Remunerações/EOBe RMB (em%)	98,6	100,8	103,4	104,9	104,8	-
	Variação total de ocupados	-	-	1,4	0,6	2,9	1,6
	Variação % remunerações	-	14,1	11,5	12,0	9,1	11,7
	Variação % EOB e RMB	-	11,6	8,6	10,4	9,2	10,4
SP	Relação Remunerações/EOBe RMB	101,3	105,5	110,3	109,7	106,7	-
	Variação total de ocupados	-	-	1,7	-0,5	1,9	1,0
	Variação % remunerações	-	12,9	10,9	10,0	8,0	10,4
	Variação % EOB e RMB	-	8,4	6,1	10,6	11,0	9,5
CO	Relação Remunerações/EOBe RMB	108,2	109,7	105,2	111,3	106,2	-
	Variação total de ocupados	-	-	2,2	0,4	4,3	2,3
	Variação % remunerações	-	14,4	9,1	13,0	10,2	11,7
	Variação % EOB e RMB	-	12,8	13,9	6,8	15,5	11,2
MS	Relação Remunerações/EOBe RMB	85,4	86,4	83,2	86,9	79,5	-
	Variação total de ocupados	-	-	4,5	0,4	4,5	3,1
	Variação % remunerações	-	17,6	10,9	14,7	9,3	13,1
	Variação % EOB e RMB	-	16,3	15,1	9,9	19,5	13,7
MT	Relação Remunerações/EOBe RMB	82,4	73,2	72,5	76,2	73,7	-
	Variação total de ocupados	-	-	2,0	-2,3	7,5	2,3
	Variação % remunerações	-	16,9	14,1	14,7	13,2	14,7
	Variação % EOB e RMB	-	31,6	15,3	9,1	17,0	15,6
GO	Relação Remunerações/EOBe RMB	78,3	83,9	79,2	85,1	84,9	-
	Variação total de ocupados	-	-	1,3	0,7	3,0	1,6
	Variação % remunerações	-	17,4	13,0	13,6	9,2	13,3
	Variação % EOB e RMB	-	9,6	19,7	5,7	9,5	11,5
DF	Relação Remunerações/EOBe RMB	169,8	182,6	182,4	194,9	178,4	-
	Variação total de ocupados	-	-	2,1	3,1	3,5	2,9
	Variação % remunerações	-	11,2	4,9	11,6	10,1	9,4
	Variação % EOB e RMB	-	3,4	5,1	4,4	20,3	8,2

Fonte: Contas Regionais e PNAD/IBGE.

Contudo, quando observamos o CO exclusive o DF, a situação é distinta. De modo geral, nos estados de MS, MT e GO, a participação das remunerações sobre o lucro é sistematicamente menor do que no resto do país, o que já sinaliza uma alta taxa de valorização do capital nessas regiões de fronteira da acumulação. Além disso, mesmo em um período de desaceleração econômica no país, a proporção das remunerações sobre o total das EOB e RMB teve uma tendência de queda. Isso

ocorreu não porque houve uma redução do nível dos salários ou de ocupação. Nos três estados o crescimento médio das ocupações foi maior do que no Brasil e bem maior do que em SP, assim como a variação média anual dos salários. Assim, a proporção total remunerações/EOB e RMB se reduziu porque o lucro teve um crescimento superior (com exceção de GO, que teve um comportamento mais oscilante quanto à proporção). Assim, a tabela 3 fornece uma importante evidência de superexploração da força de trabalho na região do CO: mesmo num momento de desaceleração da economia, a taxa de valorização do capital permaneceu elevada. Contudo, essa constatação ainda é insuficiente: deve-se destacar quais as formas de SFT e em que segmentos elas podem ser verificadas.

A tabela 4 traz informações ocupacionais e demográficos para as dimensões geográficas ao longo do período de auge e crise do PRCEEP a partir da década de 2000. No caso do Brasil e SP, o crescimento dos ocupados e a taxa de desocupação respondem ao ciclo econômico: ocupados crescendo acima da PEA com redução da taxa de desocupação no auge do ciclo (2002-2011) e o comportamento inverso para o período seguinte (2011-2015). No caso da região CO, a tendência é a mesma, mas chama a atenção a magnitude dessa evolução, com uma incorporação elevada de força de trabalho no auge e uma queda não tão brusca na ocupação no período de crise. Nada mais lógico tendo em vista o ritmo de valorização do capital e de crescimento do VAB observados. Mais um indício de SFT na região se observa quando se confronta os dados anteriores com a proporção de não naturais da unidade da federação e do município sobre a população residente.

Observa-se, em primeiro lugar, a elevada participação de não naturais sobre o total da população em todos os estados do CO, bem acima da média brasileira e de SP. No momento de auge, o crescimento médio da população não naturais (1,6% a.a.) foi apenas levemente abaixo do crescimento médio da população residente (1,8% a.a.), no caso de MS e de GO, o crescimento dos não naturais foi maior do que da população residente. Esse fato é resultado, por um lado, dos projetos de colonização e deslocamento populacionais de décadas anteriores, o que explica o patamar em relação ao Brasil e SP. Por outro, é resultado da necessidade de incorporar crescentemente força de trabalho nas regiões de fronteira de acumulação de capital sem ameaçar o nível da taxa de lucro.

Tabela 4: População residente, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada, taxa de desocupação e proporção de residentes não naturais do município e da UF - Brasil, SP Centro-Oeste e unidades geográficas do CO, 2002, 2011 e 2015

Variáveis e níveis geográficos		2002	2011	2015	Variação média % a.a. 2002/2011	Variação média % a.a. 2011/2015	Variação média % a.a. 2002/2015
BR	População Residente (em Mil)	175.077	197.825	204.860	1,4	0,9	1,2
	PIA (em Mil)	143.134	169.211	177.657	1,9	1,2	1,7
	PEA (em Mil)	87.750	101.586	105.519	1,6	1,0	1,4
	Ocupados (em Mil)	79.709	94.763	95.380	1,9	0,2	1,4
	Taxa de Desocupação (em %)	9,2	6,7	9,6	-	-	-
	Proporção (em %) de não naturais no município e na UF	16,1	15,8	15,3	1,1	0,2	0,8
SP	População Residente (em Mil)	38.957	42.987	44.500	1,1	0,9	1,0
	PIA (em Mil)	32.494	37.480	39.144	1,6	1,1	1,4
	PEA (em Mil)	19.794	23.068	24.050	1,7	1,0	1,5
	Ocupados (em Mil)	17.513	21.457	21.362	2,3	-0,1	1,5
	Taxa de Desocupação (em %)	11,5	7,0	11,2	-	-	-
	Proporção (em %) de não naturais no município e na UF	24,5	23,2	22,8	0,5	0,4	0,5
CO	População Residente (em Mil)	12.420	14.582	15.489	1,8	1,5	1,7
	PIA (em Mil)	10.074	12.422	13.340	2,4	1,8	2,2
	PEA (em Mil)	6.339	7.788	8.283	2,3	1,6	2,1
	Ocupados (em Mil)	5.822	7.330	7.642	2,6	1,0	2,1
	Taxa de Desocupação (em %)	8,2	5,9	7,7	-	-	-
	Proporção (em %) de não naturais no município e na UF	36,2	35,6	34,0	1,6	0,3	1,2
MS	População Residente (em Mil)	2.209	2.529	2.659	1,5	1,3	1,4
	PIA (em Mil)	1.819	2.156	2.284	1,9	1,5	1,8
	PEA (em Mil)	1.173	1.344	1.441	1,5	1,8	1,6
	Ocupados (em Mil)	1.081	1.280	1.352	1,9	1,4	1,7
	Taxa de Desocupação (em %)	7,8	4,8	6,2	-	-	-
	Proporção (em %) de não naturais no município e na UF	30,7	30,6	28,8	1,5	-0,2	1,0
MT	População Residente (em Mil)	2.675	3.104	3.274	1,7	1,3	1,6
	PIA (em Mil)	2.133	2.632	2.766	2,4	1,2	2,0
	PEA (em Mil)	1.357	1.667	1.705	2,3	0,6	1,8
	Ocupados (em Mil)	1.265	1.545	1.599	2,2	0,9	1,8
	Taxa de Desocupação (em %)	6,8	7,3	6,2	-	-	-
	Proporção (em %) de não naturais no município e na UF	43,4	40,1	38,3	0,8	0,2	0,6
GO	População Residente (em Mil)	5.338	6.271	6.631	1,8	1,4	1,7
	PIA (em Mil)	4.347	5.351	5.731	2,3	1,7	2,1
	PEA (em Mil)	2.705	3.342	3.557	2,4	1,6	2,1
	Ocupados (em Mil)	2.528	3.182	3.277	2,6	0,7	2,0
	Taxa de Desocupação (em %)	6,5	4,8	7,9	-	-	-
	Proporção (em %) de não naturais no município e na UF	28,4	29,5	28,7	2,3	0,7	1,8
DF	População Residente (em Mil)	2.198	2.678	2.925	2,2	2,2	2,2
	PIA (em Mil)	1.774	2.282	2.559	2,8	2,9	2,9
	PEA (em Mil)	1.104	1.435	1.579	3,0	2,4	2,8
	Ocupados (em Mil)	948	1.323	1.414	3,8	1,7	3,1
	Taxa de Desocupação (em %)	14,1	7,8	10,4	-	-	-
	Proporção (em %) de não naturais no município e na UF	52,3	49,6	45,7	1,6	0,2	1,2

Fonte: PNAD/IBGE.

Em outras palavras, temos aqui a manifestação pura e simples da lei geral da acumulação capitalista, descrito por Marx (1988) no capítulo 23 d'O Capital, quando o capital cria instrumentos históricos, geográficos e demográficos para que a acumulação de capital em escala crescente encontre

não apenas força de trabalho disponível, mas também, um exército industrial de reserva que aumente ainda mais essa disponibilidade e que faça com que o nível de salário não concorra com a acumulação de capital e que se aumente a exploração. A especificidade desse fenômeno nas formações socioespaciais dependentes está no fato de que o exército industrial de reserva exacerba esse mecanismo, permitindo a SFT, sobretudo, pela extensão da jornada de trabalho e desgaste da força de trabalho para além do seu nível de reposição (AMARAL e CARCANHOLO, 2012, p. 100/101).

A tabela 5 evidencia o crescimento das ocupações por atividade econômica no CO segundo horas de trabalho acima de 45 horas semanais no trabalho principal. Segundo a tabela, observa-se que o maior nível de ocupação no período se deu em detrimento das atividades agrícolas e dos serviços pessoais, que reduziram sua participação. No caso da atividade agrícola, isso se deu mesmo com uma ampliação elevada do VAB. Por sua vez, a indústria de transformação manteve o patamar (ampliando no caso de GO), ou seja, cresceu no mesmo ritmo elevado das ocupações em geral. As demais atividades que mais ganharam participação foram construção, alimentação/alojamento, administração pública e transporte/armazenagem. Em geral, são atividades cuja dinâmica está ligada ao espaço urbano e condicionadas pelas atividades produtivas da indústria de transformação e agrícola.

Esse comportamento das ocupações se deu com a preservação da participação de ocupados que trabalhavam acima de 45 horas semanais no trabalho principal: 26% para os trabalhadores em média do CO em 2014, mas no auge do ciclo de crescimento, essa participação era de 30%. Para as atividades econômicas que mais aumentaram a participação, essa proporção é substancialmente mais elevada (exceção da administração pública). Assim, são fortes os indícios de que o crescimento elevado dos setores típicos do PRCEEP na região contou com trabalhadores que apresentavam uma elevada jornada de trabalho. E, como visto, a extensão da jornada de trabalho é uma forma específica de SFT e que se manifesta, assim, espacialmente de forma também específica.

Tabela 05: Ocupados*** por grupos de horas habitualmente trabalhadas (em %) por semana no trabalho principal segundo grupos de atividade econômica**** (em %) - Centro-Oeste e Unidades da Federação do Centro-Oeste, 2002, 2011 e 2014

Atividades Econômicas	Variáveis	Centro-Oeste			Mato Grosso do Sul			Mato Grosso			Goiás			Distrito Federal		
		2002	2011	2014	2002	2011	2014	2002	2011	2014	2002	2011	2014	2002	2011	2014
Todas as atividades	A*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	B**	43,4	30,6	26,1	44,0	34,9	30,4	49,2	33,7	28,7	44,6	31,9	26,3	31,5	19,7	18,7
Agrícola	A*	17,7	11,9	11,9	18,1	14,2	16,4	29,7	19,0	17,7	17,4	11,9	11,8	1,5	1,6	1,3
	B**	51,8	45,4	37,0	51,5	50,0	37,8	50,5	38,9	38,2	52,8	47,4	35,9	57,1	52,4	36,8
Indústria de Transformação	A*	9,9	9,7	9,9	10,0	9,1	10,0	10,4	10,0	9,3	11,2	12,4	12,9	6,0	3,5	3,7
	B**	48,8	34,6	27,1	49,1	43,1	30,0	63,4	38,7	25,5	44,3	31,6	27,8	36,8	23,9	16,7
Construção	A*	7,7	9,4	10,3	8,0	9,3	10,4	7,1	9,0	10,2	7,9	10,6	11,3	7,5	7,3	8,1
	B**	56,4	38,4	27,8	59,3	42,9	34,9	60,0	39,6	30,2	58,0	38,7	24,1	40,8	32,0	27,4
Comércio e reparação	A*	18,9	18,9	19,0	20,9	18,8	18,3	18,3	19,0	19,3	19,1	19,0	19,9	17,0	18,9	17,1
	B**	53,4	38,1	33,3	52,7	42,1	39,7	59,9	42,0	34,7	51,7	38,1	31,5	51,6	30,0	30,0
Alojamento e alimentação	A*	3,9	5,0	5,3	3,9	4,8	5,0	3,2	4,8	4,7	4,3	4,9	5,4	4,1	6,0	6,0
	B**	58,5	41,7	42,5	57,1	49,2	50,0	57,5	44,6	42,3	61,1	42,6	41,1	53,8	30,4	39,5
Transporte, armazenagem e comunicação	A*	4,6	5,1	5,1	4,1	4,7	4,4	3,6	5,4	6,0	5,0	5,2	5,0	5,2	5,0	5,1
	B**	55,3	45,7	40,0	56,8	53,3	45,2	65,2	53,6	49,5	57,9	44,6	41,7	38,8	30,3	20,5
Administração pública	A*	6,8	7,9	7,6	6,0	8,3	6,1	4,8	5,5	6,0	5,4	6,4	6,0	13,9	13,8	14,4
	B**	18,2	11,4	10,5	21,5	16,0	14,1	21,3	9,4	11,1	21,9	14,6	12,5	10,6	6,0	6,3
Educação, saúde e serviços sociais	A*	8,8	9,5	9,9	8,3	9,8	10,9	7,8	9,1	8,7	8,4	8,5	8,8	11,7	12,2	13,0
	B**	16,6	10,4	9,8	18,9	8,8	11,8	20,2	8,5	10,4	16,4	14,4	10,5	11,7	6,2	6,4
Serviços domésticos	A*	9,2	7,9	7,0	9,3	8,9	7,1	7,4	6,8	6,2	9,7	8,2	7,2	9,8	7,7	7,0
	B**	36,6	21,8	17,6	30,7	26,3	18,2	36,6	19,0	12,6	37,1	21,1	17,8	43,0	21,6	21,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	A*	4,6	4,1	4,3	4,6	4,5	4,4	2,8	2,9	3,3	4,9	3,8	4,3	6,1	5,6	5,7
	B**	35,3	25,8	23,2	36,0	20,7	25,8	42,9	37,8	27,3	34,1	27,3	22,5	31,0	21,6	22,0
Outras atividades	A*	7,1	9,4	8,8	6,3	7,1	6,7	4,2	7,1	6,7	5,3	8,0	6,8	16,7	17,5	18,0
	B**	29,4	17,5	14,6	30,9	22,0	19,1	34,0	21,1	14,4	37,0	19,2	15,0	20,9	11,7	13,1

* (A) - Ocupados em relação ao total dos ocupados na unidade geográfica (em %).

** (B) - Ocupados acima de 45 horas (% em relação aos ocupados no setor de atividade).

*** Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**** Exclusive atividades mal definidas ou não declaradas e indústria em geral (queé composta pela transformação e extração).

Fonte: PNAD/IBGE.

Os dados aqui disponibilizados procuraram justificar a necessidade e importância de se compreender em um maior nível de concretude a SFT. Além disso, procurou-se enfatizar a importância de conjugar a SFT com a reprodução social do espaço, em várias escalas. Evidentemente, muito ainda deve ser feito nesse sentido, principalmente quanto à determinação do valor da força de trabalho regional e como o espaço reproduz as formas de superexploração. Esse é um campo ainda aberto para a teoria marxista da dependência e para as investigações espaciais concernentes à formação socioespacial dependente.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi compreender a produção social do espaço na região centro-oeste brasileira a partir dos anos 2000. Destacamos como a produção social do espaço nas regiões brasileiras responde aos determinantes ao atual padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva. Além disso, apresentamos evidências da manifestação da SFT nas regiões nacionais e como ela se relaciona com o movimento maior da economia nacional.

O foco dado à região Centro-oeste no artigo se justificou por ser a região que, do ponto de vista espacial, mais se transformou nas últimas décadas, diante, sobretudo, do aumento da exportação de produtos agrominerais nos anos 2000. Ao discutirmos o PRCEEP, vimos que, nos últimos anos, foi esta a região que mais incorporou, no Brasil, o (baixo) dinamismo deste padrão de reprodução do capital. Discutimos as novas formas de espacialização da produção capitalista, dispersa sobre o território, mas especializada em cada *locus* de geração de valor. Ainda, destacamos o sentido exportador dessa produção e a dominância das grandes transnacionais sobre ela.

Na segunda seção fornecemos e precisamos os indícios de SFT e, além disso, colocamos a importância das formas espaciais de SFT no atual PRCEEP nas formações socioespaciais dependentes, no caso, a região Centro-oeste brasileira. Foi visto, em primeiro lugar, a menor proporção dos salários sobre o lucro, inclusive a redução dela num momento de desaceleração econômica e aumento da taxa de desemprego. Em seguida, observou a importância de criação rápida e elevada de um exército industrial de reserva no Centro-oeste, como uma forma de garantir esse nível de valorização. Como terceiro indício, destaca-se a extensão da jornada de trabalho dos trabalhadores do Centro-oeste.

Referências

AMARAL, M.; CARCANHOLO, M. D.. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 87-102.

ARUTO, P. C. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho**: uma abordagem metodológica. Dissertação (mestrado) - Unicamp, Instituto de Economia, Campinas, 2015.

CANO, W. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil**: 1970-2005. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2008.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento e dependência**. Brasília, IPEA, 2013, p. 145-166.

MACEDO, F. C. de. Inserção Externa e Território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. **Tese (Livre Docência)**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde/Economic Transformation, external insertion and territorial dynamics at the Brazilian Midwest: the case of Rio Verde. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 1, 2013, p. 35-50.

MACEDO, F. C. de; RAMOS, P. A História de um Município Projetado (Sinop/MT): Qual é o seu Futuro?. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 19, 2016, p. 276-288.

MARINI, R. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R., STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. SP: Expressão Popular, 2005.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. e MILLÁN, M. (orgs). **La teoría social latinoamericana**, v. 4, p. 49-68, 1996.

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Ú. (Ed.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979, p. 37-55.

MARX, Karl. **El Capital**: crítica de La economía política. Tomo I: El proceso de producción Del capital. 2ª edição. Cidade do México: Siglo XXI, 1988.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. et. Al (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012a, p. 37 - 86.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: OSORIO, J. et. Al (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. SP: Boitempo, 2012b, p. 103-133.